

O RECORTE ÉTNICO-RACIAL NA COBERTURA SOCIAL BRASILEIRA: UMA AUSÊNCIA FLAGRANTE

© **Guilherme Canela de Souza Godoi**

Coordenador de Relações Acadêmicas da Agência de Notícias
dos Direitos da Infância

Assim como a fragmentação privatizada do espaço urbano permite a uma minoria reduzir seu trato com as “massas”, a organização segmentada e mercantil das comunicações especializa os consumos e distancia os estratos sociais. Na medida em que diminui o papel do poder público como garantia da democratização informativa, da socialização de bens científicos e artísticos de interesse coletivo, esses bens deixam de ser acessíveis para a maioria. Quando a cultura deixa de ser assunto político, privatizam-se a informação e os recursos intelectuais nos quais se apóia parcialmente a administração do poder. E se o poder deixa de ser público, ou deixa de ser disputado como algo público, pode restaurar parcialmente sua verticalidade. Ainda que em princípio a expansão tecnológica e o pensamento pós-moderno contribuam para disseminá-lo, o desenvolvimento político o concentra. Quando essas transformações de fim de século não implicam democratização política e cultural, a obliquidade que propiciam no poder urbano e tecnológico se torna, mais que dispersão pluralista, hermetismo e discriminação.

Nestor García Canclini

Os avanços da pesquisa em comunicação e na área das ciências políticas vêm demonstrando de maneira cada vez mais clarividente que a pauta dos meios de comunicação, especialmente os noticiosos, é central na determinação da agenda pública de discussões. Assim, assuntos que são valorizados pelos veículos noticiosos tendem a ser valorizados pelos decisores; assuntos que são esquecidos tendem a não fazer parte do rol das políticas públicas a serem debatidas e implementadas pelos fóruns apropriados. É o que se conhece como teoria do agendamento.

A formatação daquilo que fará parte ou não do rol das políticas públicas, inclusive as da chamada área social, sofre, portanto, influências não desprezíveis dos meios de comunicação. Ou seja, é razoável supor que, diante de um sem número de temas potencialmente relevantes a serem trabalhados no campo das políticas públicas, tomadores de decisão utilizem como critério de escolha a ênfase maior ou menor conferida pela mídia a estes mesmos assuntos.

Adicionalmente, não obstante, estamos defendendo que o papel dos meios de comunicação se coloca além da questão “do que estará na agenda”, mas, ademais, “como os temas estarão na agenda”. É exatamente neste ponto que adentram assuntos que permeiam, na realidade concreta, todas as questões sociais brasileiras, como é o caso das áreas de raça/etnia, gênero, pessoas com deficiências.

A transversalidade verificada no que chamamos de *realidade concreta* não significa, entretanto, uma igual presença na realidade construída pela mídia. Via de regra, a louvável evolução verificada pela mídia impressa brasileira na construção da pauta social não contou com um paralelo, nas mesmas proporções, no que diz respeito a temas transversais como raça/etnia.

Nesse sentido, a imprensa confere forte espaço à divulgação e análise das mazelas da educação nacional, entretanto, muito raramente informa ao leitor que estas mazelas atingem, sobretudo, a população negra.

É muito difícil determinar, contudo, as direções causais exatas entre dois fatos que, isoladamente, são bastante concretos: de um lado, há o descaso da cobertura jornalística, especialmente considerando o seu papel de controladora social das políticas públicas, com questões contextualizadoras das ações estatais, como é o caso do perfil das populações alvo das políticas governamentais; por outro, em uma relação que se retroalimenta, ainda é incipiente no Brasil a determinação de Estado para que todas as políticas públicas assumam um recorte de raça/etnia.

O que é certo é que tanto o tratamento editorial de qualidade como a própria condução das políticas públicas implicam em ter em conta as especificidades das populações mais atingidas pelos problemas que se buscam solucionar, sem o que o controle social a ser exercido pelos jornalistas e os resultados destas mesmas políticas serão ambos falhos.

Nosso intuito, por conseguinte, é apresentar o quanto, em distintos momentos, a mídia impressa brasileira associa a cobertura das questões sociais a um recorte étnico-racial.

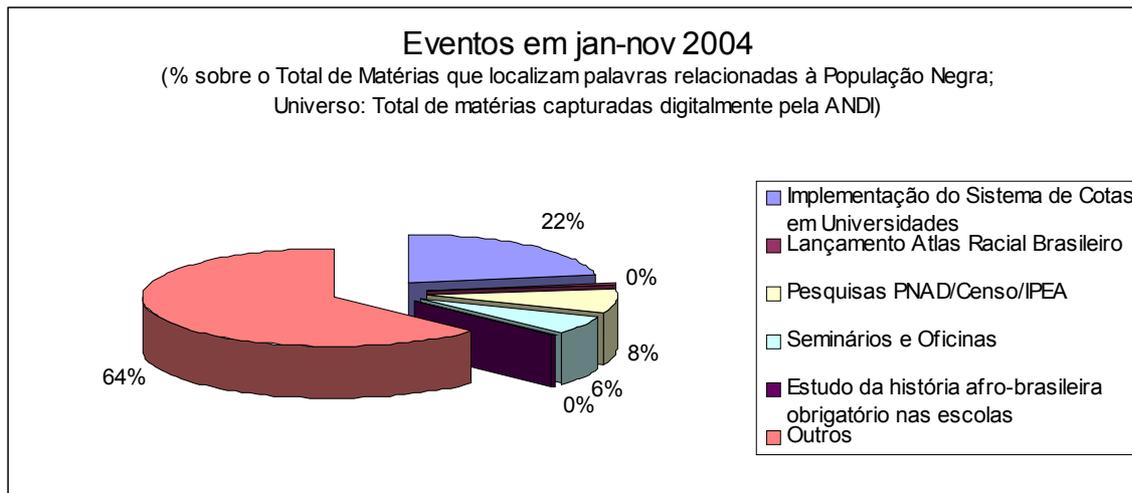
Panorama da Mídia Impressa

Os dados levantados pela ANDI e as análises da agência e de outras instituições têm mostrado que as discussões étnico-raciais ainda estão sub-representadas na cobertura noticiosa da mídia brasileira, para não mencionarmos os sérios problemas já constatados na mídia de entretenimento. De acordo com a pesquisadora Jacira Melo, diretora geral do Instituto Patrícia Galvão:

Em se tratando da mídia informativa, pode-se dizer que a mídia brasileira tem gênero e raça: é do gênero masculino e é branca. Para conferir esta afirmação, basta observar os artigos assinados e as cartas de leitores publicados nos principais jornais e revistas do país.

As pesquisas da ANDI em relação à agenda infanto-juvenil confirmam esta percepção: em 2003, em um universo de cerca de 100.000 textos jornalísticos, pouco mais de 3% abordavam questões de raça/etnia; em 2004, este percentual também não ultrapassou os 4%. Estes números ainda reduzidos, entretanto, apontam que as evoluções do contexto nacional já passaram a refletir nos meios de comunicação. O Gráfico 1 mostra que, em 2004, o pequeno crescimento do tratamento étnico-racial na mídia noticiosa esteve correlacionado à discussão de políticas de cotas e ao lançamento de pesquisas quantitativas de órgãos federais.

Gráfico 1



A presença de alguns avanços também é apontada por Jacira Melo, op. cit.:

O debate sobre a perspectiva de raça na mídia é um debate quase que exclusivo do movimento negro. No processo de preparação da Conferência Mundial Contra o Racismo, em 2001, houve um grande esforço para pautar este debate. Mas, é preciso reconhecer, o mito da democracia racial não tem o mesmo suporte que tinha na grande mídia brasileira de 10 anos atrás. Hoje, além do movimento negro, há diversos estudiosos e articulistas questionando o mito da democracia racial na mídia.

Também já é possível computar alguns fatores positivos: os estudos sobre o racismo têm crescido tanto dentro dos institutos de pesquisas de órgãos governamentais quanto em centros de estudos nas mais importantes universidades do país. Estes números e estatísticas têm conquistado as primeiras páginas dos jornais.

Assim, se, de um lado, os dados apresentam uma baixíssima presença da temática na cobertura, por outro, apresentam uma ambiência favorável para o crescimento quantitativo e o aprofundamento qualitativo destas questões. Em um nível, a evolução da cobertura que inclui raça/etnia pelos meses do ano (cf. Gráfico 2) aponta que os textos jornalísticos acabam se concentrando em determinado período do ano (abril-maio-junho), provavelmente ecoando a efeméride do 13 de maio. Um segundo aspecto: os dados apontam que a cobertura do tema Educação é a que mais abre espaços para a conexão com as questões étnico-raciais (cf. Gráfico 3), decorrência da fortíssima presença do tema educação na cobertura jornalística. Entretanto, este não é o único fator explicativo desta correlação mais intensa dado que temas igualmente presentes, como violência, não trazem, de maneira mais consistente, a questão étnico-racial. Por isto, faremos uma discussão mais aprofundada sobre a correlação com a Educação em seção específica.

Gráfico 2

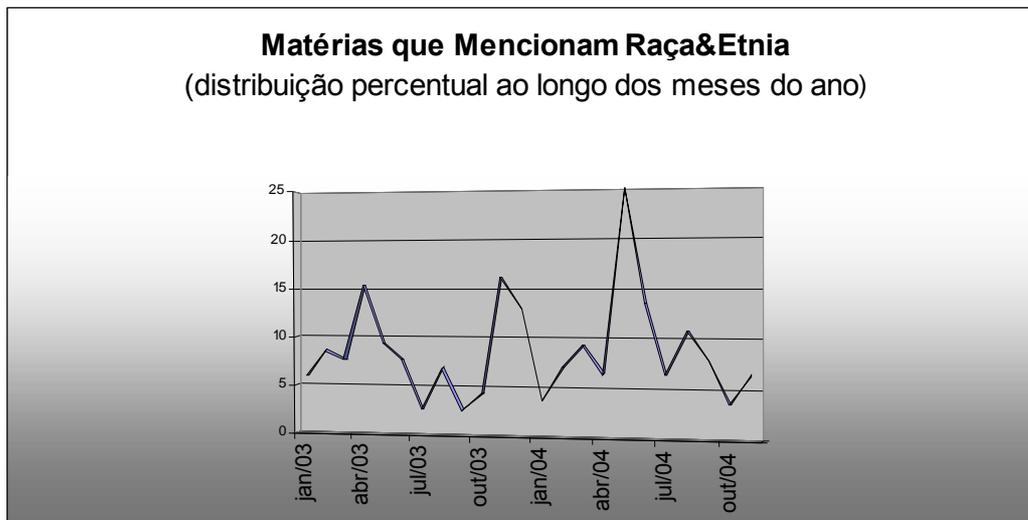


Gráfico 3

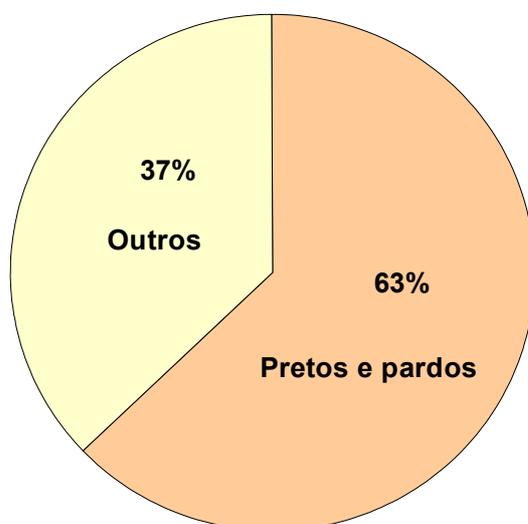


Vale destacar ainda que as análises específicas desenvolvidas pelo INEJ e sua parceria sobre outras temáticas também resultaram uma forte discordância entre os dados da realidade social e o dado da realidade representada pela mídia. Ou seja, mesmo quando estamos falando em questões sociais de grande relevância e de constante conexão com a desigualdade étnico-racial, não temos um correspondente volume de cobertura na mídia de comunicação. Vejamos alguns exemplos:

Trabalho infantil

Enquanto os dados sobre trabalho infantil mostram que 63% dos trabalhadores infantis entre 10 e 14 anos são pretos ou pardos (ver Gráfico 4), nossa pesquisa *Crianças Invisíveis: O enfoque da imprensa sobre o Trabalho Infantil Doméstico e outras formas de exploração* constatou que somente 1,4% dos textos jornalísticos trabalhavam concomitantemente os temas trabalho infantil e raça/etnia, numa nítida dissonância entre as duas realidades.

Gráfico 4



Fonte: Dados apresentados por Roberto Borges Martins, consultor da Organização Internacional do Trabalho, ex-presidente do IPEA.

Violência

Diferentes pesquisas têm apontado que a população negra recebe um tratamento diferenciado das forças policiais, além de estar desproporcionalmente sujeita a determinados eventos violentos. Pesquisa realizada pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes apontou que:

Mais da metade (55%) das pessoas autot classificadas como pretas e metade dos jovens de 15 a 24 anos parados pela Polícia, a pé ou em outras situações, disseram ter sofrido revista corporal, contra 33% do total de brancos parados e 25% de pessoas na faixa etária de 40 a 65 anos. As pessoas com renda mensal até cinco salários mínimos sofreram revista em mais de 40% dos casos, enquanto aquelas com renda superior a cinco salários, somente em 17% dos casos [...] Parece confirmar-se, assim, a idéia de que a Polícia não só pára menos transeuntes brancos, mais velhos e de classe média (sobretudo quando circulam por áreas “nobres” do Rio de Janeiro), como tem maior pudor em revistá-los – um procedimento muito fortemente associado à existência de suspeição e considerado em si mesmo humilhante.

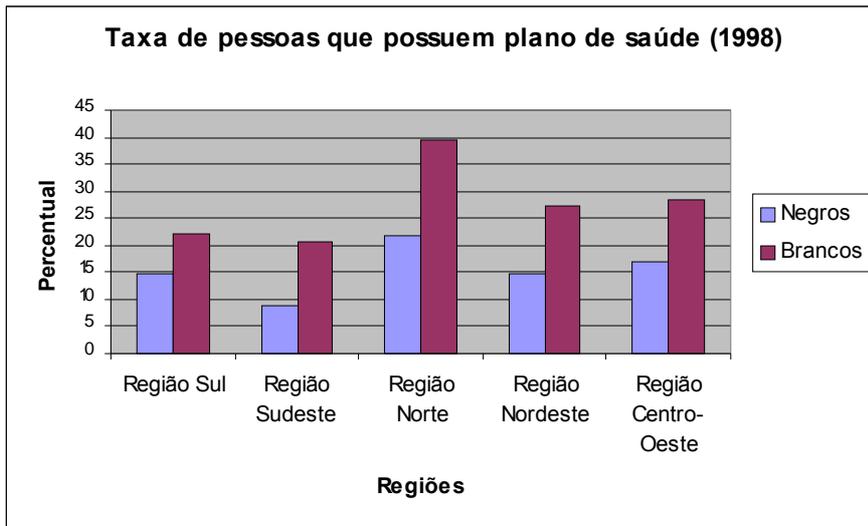
Mesmo assim, menos de 3% das matérias sobre violência analisadas por nossa pesquisa *Balas Perdidas: um olhar sobre o comportamento da imprensa brasileira quando a criança e o adolescente estão na pauta da Violência* traziam recortes de raça/etnia.

Saúde

O Atlas Racial Brasileiro, publicação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, aponta fortes diferenças entre as condições sócio-econômicas da população negra e da população branca.

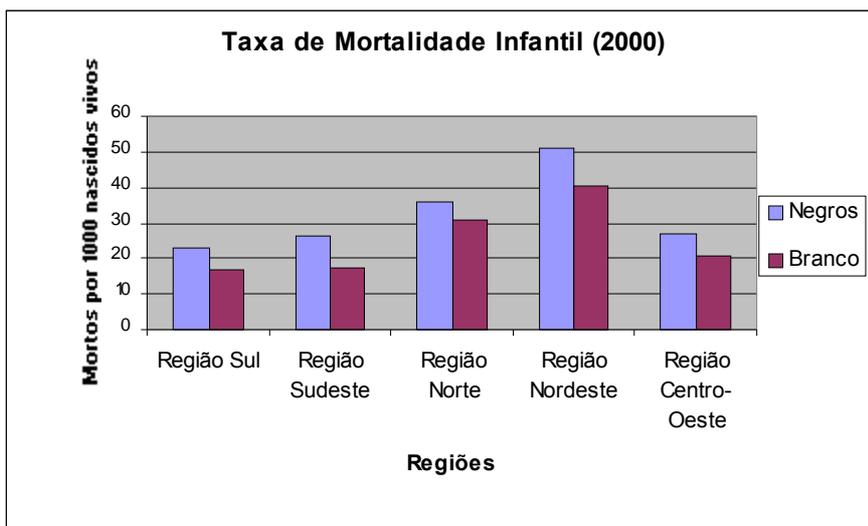
Na área da saúde estas diferenças também existem (cf., e.g., Gráficos 5 e 6) e, em muitos casos, são extremamente significativas, o que levou o governo federal a desenhar uma política especial para a saúde da população negra. Não obstante, duas de nossas pesquisas que se debruçaram sobre a cobertura da mídia do tema saúde novamente sublinharam a ausência de conexão, por parte do jornalismo, entre esta importante política pública e as discussões de raça/etnia. No levantamento *Saúde em pauta: doença e qualidade de vida no olhar da imprensa brasileira sobre a infância*, 0,6% dos textos abordavam também uma discussão de raça/etnia; já na pesquisa sobre a Saúde do Adolescente, nenhuma matéria trouxe este tema transversal.

Gráfico 5



Fonte: Atlas Racial Brasileiro, PNUD, 2004.

Gráfico 6



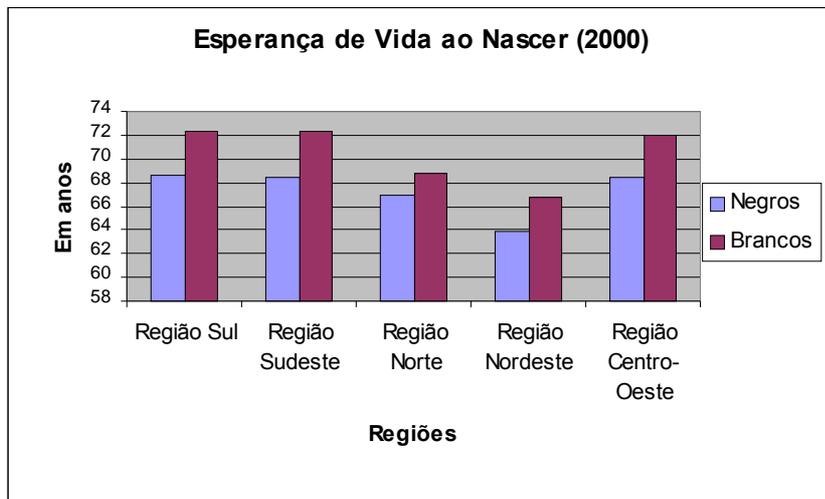
Fonte: Atlas Racial Brasileiro, PNUD, 2004.

Desenvolvimento Humano

Nas temáticas sobre os diferentes componentes do desenvolvimento, estão as mais contundentes diferenças entre a população negra e a população branca (cf. gráficos 7, 8, 9 e 10). Aqui, entretanto, coincidentemente ou não, parecem haver os avanços mais consistentes (em termos quantitativos ao menos) da cobertura midiática. A pesquisa *Que país é este? Pobreza, desigualdade e desenvolvimento humano e social no foco da imprensa brasileira* identificou que 7,5% das matérias que têm como foco estas temáticas (educação, renda, expectativa de vida, acesso à infra-estrutura, dentre outras) abordam os componentes étnico-raciais, número

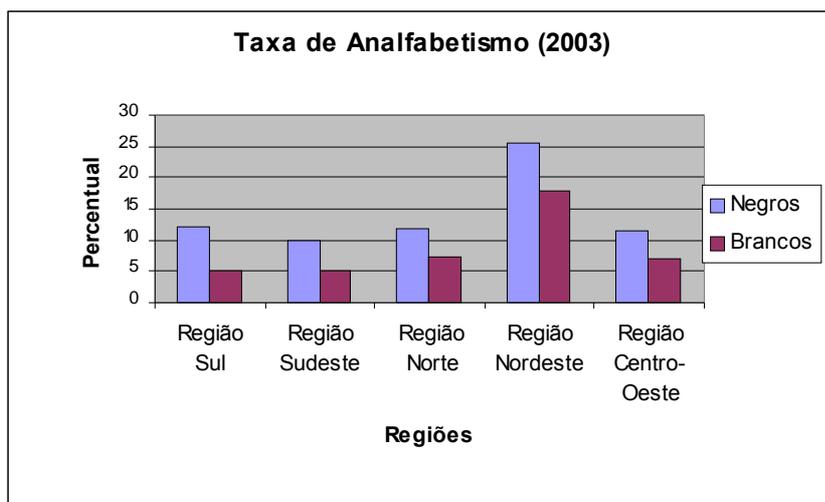
pequeno, mas bastante superior ao das outras análises anteriormente apresentadas.

Gráfico 7



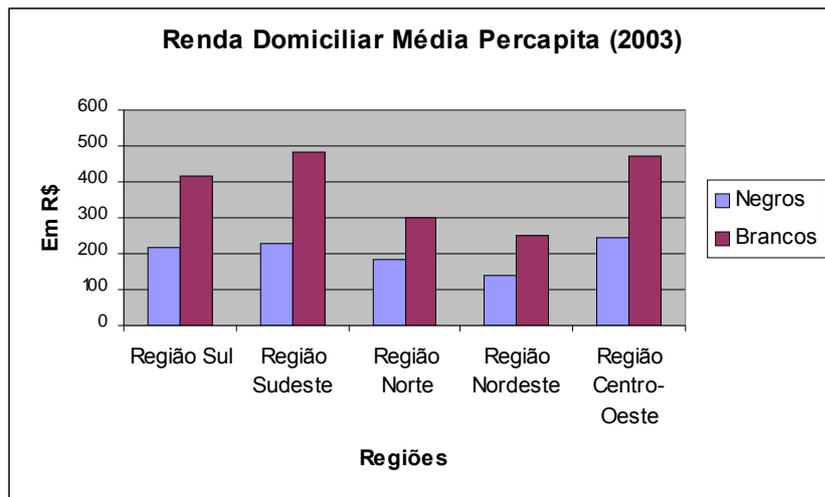
Fonte: Atlas Racial Brasileiro, PNUD, 2004.

Gráfico 8



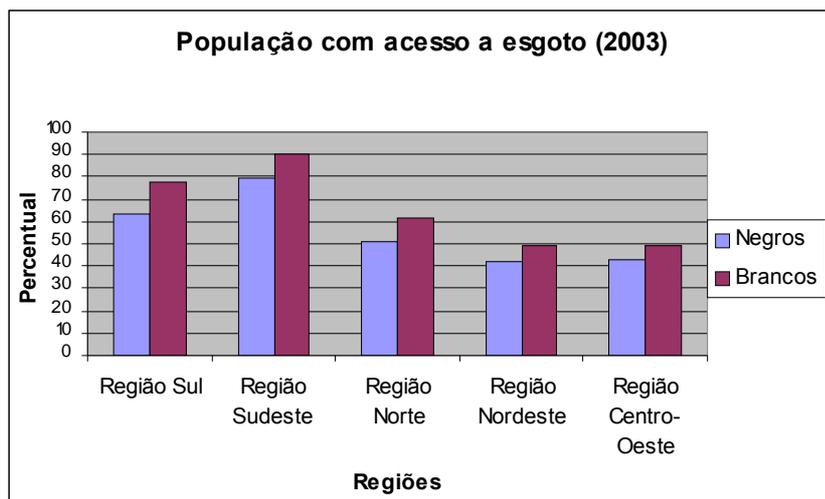
Fonte: Atlas Racial Brasileiro, PNUD, 2004.

Gráfico 9



Fonte: Atlas Racial Brasileiro, PNUD, 2004.

Gráfico 10



Fonte: Atlas Racial Brasileiro, PNUD, 2004.

Educação

São muitos os indicadores que apontam as diferenças entre as condições educacionais da população branca e da população negra. Os gráficos 11 e 12 sinalizam, respectivamente, que a população negra é menos alfabetizada que a branca a qual, por sua vez, apresenta um número maior de anos de estudo.

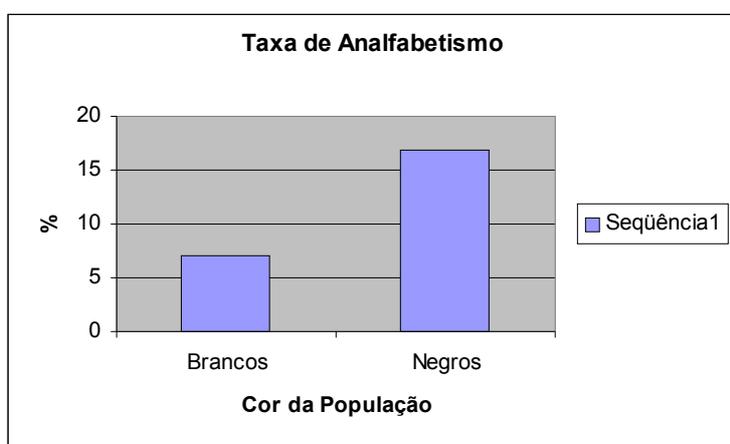
A cobertura das políticas públicas educacionais é outra que tem revelado uma tendência de aprimoramento no que diz respeito ao recorte transversal raça/etnia. Em investigação sobre a qualidade do conteúdo editorial da mídia impressa brasileira sobre o tema educação, verificamos um percentual de preocupação com as questões étnico-raciais acima da média de levantamentos anteriores: 6,8% dos textos pesquisados apresentaram este recorte.

A pesquisa sobre educação elaborada pela ANDI e pelo MEC, com o apoio da Unesco,

sublinha que o material que agrega uma discussão de raça/etnia (6,8%) é qualitativamente mais denso que os demais textos. A reflexão se centra fundamentalmente em acesso e políticas públicas específicas (juntas, somam 60% da cobertura com remissão a raça/etnia). Dos artigos, editoriais, colunas e reportagens que abordam o tema da raça/etnia, 30% mencionam estatísticas, o mesmo percentual das que mencionam legislação. Os textos, adicionalmente, apresentam um volume de opiniões divergentes acima da média (14,2%) e avançam mais fortemente para um nível de profundidade que supere a contextualização simples, o que ocorre em 21% dos casos.

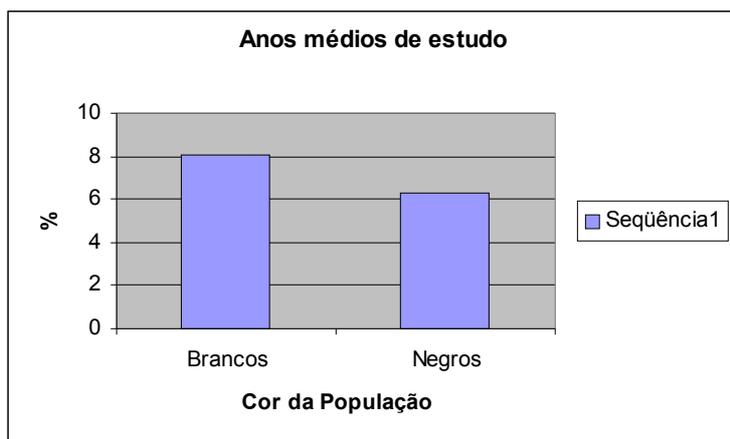
Entretanto, é preciso sublinhar que a discussão esteve, sobretudo, concentrada na questão das cotas para o acesso ao Ensino Superior.

Gráfico 11



Fonte: Atlas Racial Brasileiro, PNUD, 2004.

Gráfico 12



Fonte: Atlas Racial Brasileiro, PNUD, 2004.

A Relevância de se Analisar a Mídia

Esta extensa comparação entre a realidade social e a realidade da mídia, bem como a demonstração de que pautas extremamente interessantes, como o lançamento do Atlas Racial Brasileiro, são ignoradas pela imprensa, ratifica a importância de todas as iniciativas, como o Seminário África-Brasil, que buscam, a um só tempo, compreender porque os meios de comunicação noticiosos estão perdendo o bonde da história na relação entre a agenda social brasileira e o recorte de raça/etnia e apontar potenciais caminhos para o profissional de imprensa e as fontes de informação.

Distintos fatores podem explicar este fenômeno: 1) desinteresse das redações; 2) falta de capacidade técnica para reconhecer a relevância do tema; 3) falta de capacidade técnica para construir uma boa cobertura com este recorte; 4) composição média do jornalista brasileiro (homens e mulheres brancos, de classe média); 5) incapacidade das fontes de estabelecer um diálogo mais consistente com os meios.

Provavelmente todos eles apresentam uma parcela de contribuição para a explicação deste fenômeno.

Os problemas sociais brasileiros têm cor, idade, endereço regional. A construção adequada de políticas públicas em quaisquer áreas requer uma relação mais consistente com os *stakeholders* destas mesmas políticas. Ao que tudo indica ainda, são tímidos os esforços dos tomadores de decisão em ter a questão étnico-racial em conta quando da constituição das estratégias de superação dos principais problemas brasileiros. Da mesma forma, um dos principais instrumentos de *accountability* destes mesmos decisores, a imprensa, tem sucessivamente desconsiderado a relevância de construir uma cobertura que atente para as gritantes diferenças entre os indicadores sociais da população branca e da população negra.

É preciso avançar em ambas as frentes. Temos a convicção que o avanço qualitativo da cobertura, não obstante, contribuirá para o almejado avanço nas políticas públicas.